

# INFORMECIDADÃO

Jornal Semanal da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - Ano 3 - Edição 101

ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO MATO GROSSO

PICHO SATELITE  
DANIEL FERREIRO

BERNARDO REZDICE  
ALEXANDRE CESAR  
DANIELO FELHO  
TETE BEZERRA

012



PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES  
DEPUTADO RENÊ BARBOZA



**AL quer discutir com Executivo  
investimentos em MT**



**Assembleia Legislativa  
do Estado de Mato Grosso**

Mesa Diretora 2011/2014  
(XVII Legislatura)

Romoaldo Júnior - (PMDB)  
Presidente

Mauro Savi - (PR)  
1º Secretário

Antonio Azambuja - (PP)  
1º Vice-Presidente

Dilmar Dal'Bosco - (DEM)  
2º Vice-Presidente

Luiz Marinho - (PTB)  
2º Secretário

Airton Português - (PSD)  
3º Secretário

Demais deputados  
(XVII Legislatura)

Adalto de Freitas - (SDD)  
Alexandre Cesar - (PT)  
Baiano Filho - (PMDB)  
Carlos Avalone - (PSDB)  
Deucimar Silva - (PP)  
Emanuel Pinheiro - (PR)  
Hermínio J. Barreto - (PR)  
José Riva - (PSD)  
José Domingos Fraga - (PSD)  
João Malheiros - (PR)  
Márcio Pandolfi - (PDT)  
Neldo Weirch Egon - (PR)  
Pedro Satélite - (PSD)  
Sebastião Rezende - (PR)  
Teté Bezerra - (PMDB)  
Wagner Ramos - (PR)  
Walter Rabello - (PSD)  
Zeca Viana - (PDT)

**Licenciado**

Ademir Brunetto - (PT)  
Ezequiel Fonseca - (PP)  
Guilherme Maluf - (PSDB)  
Luciane Bezerra - (PSB)  
Ondanir Bortolini - Nininho (PR)

Secretarias da Assembleia Legislativa  
de Mato Grosso

Luís Márcio Pommot  
Secretaria Geral

Djalma Ermenegildo  
Secretaria de Administração e  
Patrimônio

Maurício Munhoz  
Secretária de Serviços Legislativos

José Evangelista dos Santos  
Secretaria de Planejamento,  
Orçamento e Finanças

Carlos Roberto Lourençon  
Secretaria de Gestão de Pessoas

Anderson Flavio De Godoi  
Procurador Geral

Fabio Monteiro  
Ouvidor Geral

Osmar de Carvalho  
Secretaria de Comunicação

Jornal Informe Cidadão

Márcia Andreola- (DRT 647/MT)  
Coordenadora de Jornalismo

Álvaro Marinho - (MTb 6457/RS)  
Editor

Fablicio Rodrigues (DRT 446/MT)  
Gerente de Fotografia

Widson Maradona  
Foto capa

Andrey Romeu  
Direção de Arte

Índia Nara  
Diagramação

# Editorial

Esta edição divulga atividades realizadas pelos deputados estaduais sobre variados assuntos de interesses dos cidadãos e cidadãs de Mato Grosso, como também importantes e necessárias para o desenvolvimento do Estado. Tem também notícias sobre ações desenvolvidas por setores administrativos da Assembleia Legislativa.

Nesta semana, no dia cinco de maio, o Instituto Memória do Poder Legislativo e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) realizam seminário em comemoração aos 95 anos do próprio IHGMT e dos 35 anos de Divisão do Estado. O evento, Identidade Regionais de Mato Grosso – para debater as manifestações culturais no Estado e as influências, será às 19 horas, no

auditório Licínio Monteiro, na sede do Parlamento.

Tem também neste informativo a portaria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa que define os horários de funcionamento do Parlamento estadual durante os três jogos da Seleção Brasileira e dos quatro jogos que serão realizados em Cuiabá pela Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (Fifa) 2014. O primeiro jogo da Seleção Brasileira será no dia 12 de junho, em São Paulo, na abertura do campeonato.

E como matéria de capa, Informe Cidadão traz a proposta do deputado José Riva (PSD) de reunir os colegas parlamentares com o governador sílval Barbosa (PMDB), e a equipe econômica do Poder Executivo, para discutir investimentos no Estado ainda este ano.

## Foto da Semana

Foto - Mario Friedlander

### Agricultura em Sorriso - Norte do Estado



# Poderes lançam campanha e assinam termo de cooperação com a TVAL



Foto - Ronaldo Mazza

Thiara Raquel Prado

“Difícil mesmo não é criar filhos, é crescer sem pais”. Com esta frase a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça de Mato Grosso lançaram, na semana passada, a campanha publicitária referente ao Projeto Padrinhos. Outra campanha lançada foi relativa ao Serviço de Atendimento Imediato (SAI). Ambas as campanhas foram criadas pela agência Soul Propaganda e serão veiculadas em TVs, rádios, revistas, jornais e internet a partir do dia 31.

Foi assinado o Termo de Cooperação Técnica 05, de 2011, que prevê a continuidade da transmissão diária do telejornal da TVJUS pela TVAL. A veiculação do telejornal não terá nenhum ônus para o Poder Judiciário.

De acordo com o presidente do Parlamento, deputado Romoaldo Júnior (PMDB), a campanha visa despertar na sociedade o interesse pela adoção e a outra divulgar o serviço do SAI que está à disposição da sociedade quando se trata de ocorrências de trânsito sem vítimas, proporcionando rapidez na solução dos con-

flitos.

“Tudo que está relacionado a utilidade pública é de interesse da Assembleia Legislativa, por esse motivo firmamos a parceria com o Tribunal de Justiça como já apoiamos em campanhas passadas”.

O presidente do Judiciário, desembargador Orlando de Almeida Perri, ressaltou que a campanha Padrinhos teve a primeira edição em 2007 e surgiu como uma opção àquelas crianças que não conseguem ser adotadas, porém têm a chance de ganhar um padrinho.

Quanto ao SAI, Perri se lembrou da morosidade da justiça quando se trata de processos envolvendo colisão simples de veículos.

“Muitas pessoas desconhecem esse serviço do Poder Judiciário e muitas vezes buscam a justiça comum para resolver esses casos. A campanha será uma ferramenta para que as pessoas busquem o atendimento de conciliação mais rápido e consequentemente desafiando os processos na justiça comum”.

O projeto Padrinhos prevê três tipos de apadrinhamento: Padrinho Provedor - aquele que

dá suporte material ou financeiro à criança e ao adolescente. Padrinho Afetivo - aquele que visita regularmente a criança ou adolescente, buscando-o para passar final de semana, feriados ou férias escolares em sua companhia. Padrinho Prestador de Serviço - Consiste no profissional liberal que se cadastra para atender às crianças e aos adolescentes participantes do projeto, conforme a especialidade de trabalho.

Não somente pessoas físicas poderão participar, mas também empresas mediante ações de responsabilidade social em parceria com as entidades de acolhimento.

**Contato** - Para mais informações sobre o projeto Padrinhos poderão ser obtidas pelo telefone: (65) 3617 3121. Já o SAI pode ser acionado pelos telefones móveis (65) 9986 8282, em Cuiabá, em Várzea Grande (65) 9982 8383 e Rondonópolis (66) 9695 8050. O atendimento do SAI é gratuito e fundamental a presença das partes envolvidas para a realização do atendimento. No caso de vítimas (lesão corporal e morte) o SAI não fará o atendimento, pois esse atendimento é de competência da Polícia Civil.

# Barreto homenageia Escola de Guiratinga



Foto - Fablicio Rodrigues

Adriane Rangel

O líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputado Hermínio J Barreto (PR), apresentou Moção de Aplauso à Escola Estadual de 1º Grau Luiz Orione de Guiratinga, na pessoa do diretor, Valter Basili Belmonte, demais diretores, professores, pais e alunos, em virtude dos trabalhos prestados à sociedade mato-grossense, nesses 80 anos de fundação.

“Quero homenagear todos da Escola Estadual Luiz Orione, que ajudaram na construção

dessa bela história em prol do nosso estado. Inúmeros profissionais, pessoas de grande destaque em Mato Grosso, foram alunos da Escola Estadual Luiz Orione”, lembrou.

O deputado destacou que os 80 anos da instituição se consolidaram num trabalho eficiente que se transformou em um grande centro educacional, com uma belíssima instituição dedicada com amor e afincado ao ensino escolar, profissional, moral e humano dos estudantes.

A atual Escola Estadual De 1º Graus Luiz

Orione iniciou suas atividades como Instituto Bom Jesus, e foi a primeira escola a funcionar em Guiratinga sob a responsabilidade da Companhia de Jesus - salesianos. A escola foi criada em 1933 e funcionou com essa denominação até 1974. A partir de então, recebeu outras denominações, como Escola de 1º Grau Dom Bosco, Escola de Primeiro e Segundo Graus do Colégio Comercial de Contabilidade Luiz Orione, Escola de 1º Grau Luiz Orione e, finalmente, Escola Estadual de Ensino Fundamental Luiz Orione.

# Exposição Itinerante conta a história de MT



Foto - Ronaldo Mazza

Sandra Santanna

Em comemoração ao mês de aniversário de Mato Grosso, a população pode conhecer e relembrar os 266 anos do Estado. Na semana passada foi lançada, no Espaço Cultural da Casa Civil do Governo do Estado, uma exposição itinerante que conta com uma mostra fotográfica da Festa do Divino; figurinos da dança de Siriri e a apresentação de carros antigos usados por ex-governadores. A exposição ficou no Palácio Paiaguás de 19 a 23 de maio.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Romoaldo Júnior (PMDB), a coordenadora da Sala da Mulher, Dilair Savi, e Isis Cata-

rina Brandão, do Instituto Memória, estiveram presentes à abertura numa forma de valorizar o patrimônio histórico e cultural de Mato Grosso. "É um resgate cultural da história política de Mato Grosso", destacou Romoaldo Júnior.

Na exposição fotográfica "Festas do Divino", do fotógrafo Júlio Rocha, a população poderá conferir toda a alegria e religiosidade do Divino Espírito Santo com mais de 40 imagens. Em parceria com a Federação Mato-grossense de Cururu e Siriri, a exposição "Figurinos usados na dança de Siriri de 2002 até os dias atuais" traz a evolução das vestimentas usadas no Festival de Cururu e Siriri, realizado anualmente no estado.

Integrando a exposição "Carros Históricos" estão dois carros oficiais que serviram o Governo de Mato Grosso, entre 1967 e 1983, e hoje fazem parte do Patrimônio Histórico do Palácio Paiaguás, ficando sob a guarda do Clube de Carros Antigos de Cuiabá: uma Limusine Willys Itamaraty Executivo e um Ford Landau. Lançado em 1977, o Landau Galaxie 500 era o carro mais luxuoso na época no Brasil. Em Mato Grosso, foi usado pelos governadores. Já o Itamaraty Executivo é um clássico nacional extremamente raro. Com apenas 27 unidades produzidas (foi edição limitada), o veículo é o único que ainda é mantido por um Estado. O modelo foi o 15º produzido na década de 1960.

# Propostas atendem alunos da Unemat e comunidades



Foto - Ronaldo Mazza

Elzis Carvalho

Se depender do deputado Deucimar Silva (PP) o campus da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat) sediado em Pontes e Lacerda vai ganhar mais um bloco de salas de aula. A indicação foi encaminhada ao secretário de Estado de Ciência e Tecnologia (Secitec), Rafael Bello Basto.

De acordo com o parlamentar, a proposta vem ao encontro de uma solicitação dos vereadores Romes Ferreira de Amorin, Anderson Barbosa e Wancley Carvalho, da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda. “A construção desse bloco vai melhorar as condições das aulas e ainda ampliação das vagas, pois a demanda da região é extensa”, afirmou Deucimar.

O parlamentar disse ainda que o campus

da Unemat tem enfrentado grande transtorno pela falta de infraestrutura, principalmente em relação a sala de aula. “Isso se agravou com a implantação do curso de direito, onde os discentes não têm onde estudar. Eles estão utilizando a sala de vídeo e outros ambientes sem conforto, desfavorecendo a qualidade do ensino”, disse.

Outra indicação foi encaminhada ao diretor-presidente da Companhia Mato-grossense de Mineração (Metamat), João Justino Paes de Barros. A proposição pede a perfuração de dois poços artesianos na comunidade de Campo Novo, localizada no município de Porto Estrela.

O pedido ao deputado foi feito pelo vereador Gilson da Silva (PV). “Lá, a maioria das comunidades não possui acesso à água potável.

Fato que provoca sérios danos à saúde, além disso, inviabiliza a atividade de produção de alimentos”, destacou Deucimar Silva.

**Proximidade** – Outra preocupação do parlamentar é em relação ao estado de conservação da MT-040, que liga Cuiabá ao município de Santo Antônio de Leverger. Para isso, Deucimar Silva encaminhou ao secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana (Setpu) um requerimento pedindo informações sobre a reforma e construção dessa via estadual.

“O município é um importante ponto turístico de Mato Grosso, mas o acesso à cidade pela MT-040 está em péssimas condições de conservação. As obras de restauração e ampliação são recentes, mas já apresentam muitos defeitos. O que pode por em risco a vida de muitas pessoas que trafegam”, alertou Deucimar Silva.

# Rabello solicita construção de creche em Pedra Preta



Foto - Fablício Rodrigues

Verônica Rakel

O deputado Walter Rabello (PSD) apresentou indicação, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, solicitando que a Secretaria Estadual de Educação (Seduc) realize convênio com a Prefeitura Municipal de Pedra Preta, com o objetivo de construir uma creche na Vila Garça Branca. A reivindicação chegou ao gabinete através da prefeita de Pedra Preta, Mariledi Araújo Coelho Philip-

pi, que expôs a necessidade da construção da creche, que vai abrigar os filhos de mais de 2.500 moradores da localidade de Garça Branca.

“É importante nos preocuparmos com a primeira infância. Além disso, precisamos dar condições para que os pais possam ir ao trabalho de maneira tranquila, sabendo que os filhos estão sendo bem cuidados e instruídos”, justifica o parlamentar.

Walter Rabello lembrou ainda que as

crianças que frequentam creches e pré-escolas, em decorrência da diversidade de ações pedagógicas, têm maior aprendizado, e, conseqüentemente, levam uma melhor vida escolar e acadêmica.

“Vamos lutar para que essa comunidade receba essa creche e que possamos auxiliar na educação das crianças que lá irão frequentar e ainda ajudar os pais que precisam exercer as funções profissionais”, finaliza Rabello.

# Satélite quer proibir sal em restaurantes e lanchonetes de MT



Foto - Fablício Rodrigues

## Disney de Paula

Considerado o maior vilão da saúde entre os condimentos, o sal contribui para o aparecimento de doenças cardiovasculares e aumento da pressão arterial. Com intuito de diminuir o consumo desse tempero, o deputado Pedro Satélite (PSD) apresentou, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, um projeto de lei que proíbe estabelecimentos que comercializam alimentos preparados para

consumo, como bares, restaurantes, lanchonetes e similares, de expor nas mesas e balcões, recipientes que contenham cloreto de sódio (sal de cozinha).

O consumo médio diário de sal recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é de cinco gramas por dia, mas no Brasil a média é de nove vírgula seis gramas, praticamente o dobro.

“Qualquer ação para diminuir ou inibir o excesso de sal nos alimentos é de vital im-

portância à saúde da população, e o objetivo desse projeto é, através de uma atitude simples, diminuir o consumo nos restaurantes e similares não deixando a mostra os recipientes que contenham sal, dificultando o consumo desnecessário”, justifica o deputado.

Pelo projeto em tramitação da Assembleia, o sal só poderá ser servido quando solicitado pelo cliente. Em caso de descumprimento da lei, o estabelecimento poderá ser multado em até R\$ 3.249,30.

# Neldo consegue emenda para hospital de Água Boa



Foto - Fablicio Rodrigues

Fabiana Gil

O deputado Neldo Weirich (PR) anunciou o recebimento de emenda parlamentar na ordem de R\$ 500 mil para o Hospital Regional do Polo de Água Boa, e confirmado pelo senador Jaime Campos (DEM) em evento no

município do Araguaia.

A verba, segundo o deputado, será destinada para compra de equipamentos hospitalares, como ultrassom, endoscopia, arco cirúrgico e foco cirúrgico. É importante considerar que desde a construção, a unidade pública de saúde vem atendendo um número conside-

rável de usuários, e que os aparelhos disponíveis são insuficientes para suprir a demanda da população atendida pelo Hospital.

Conforme parecer técnico elaborado pela secretária adjunta de gestão estratégica, Marlene Anchieta Vieira, pelo diretor do escritório regional de saúde de Água Boa, Vinícius de Faria Júnior, e pela gerente de áreas técnicas, Neilze Antunes Oliveira, a região de saúde do médio Araguaia conta com uma população estimada de 84.287 habitantes (Instituto Brasileiro de Meio ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBGE 2012) e está geograficamente distante dos grandes centros urbanos, sendo o mais próximo a cidade Goiânia (GO), distante 640 km, enquanto Cuiabá fica a 730 km de distância.

Sendo assim, a emenda contribui de forma exponencial para a organização dos serviços de saúde, bem como para o fortalecimento da região como um centro de atendimento e referência em saúde para que possa salvar vidas e minimizar as sequelas decorrentes da falta de atendimento imediato e adequado no polo regional. Para o parlamentar, "quem ganha é a população de todo o Araguaia, que tanto necessita de um atendimento de qualidade e da melhoria do serviço público de saúde". Segundo Neldo, a emenda não poderia ter chegado em hora melhor.

**Abrangência** – O Hospital Regional do Polo de Água Boa atende 11 municípios da região do Araguaia: Água Boa, Canarana, Querência, Gaúcha do Norte, Bom Jesus do Araguaia, Ribeirãoascalheira, Cocalinho, Nova Nazaré, Campinápolis, Novo Santo Antônio, Serra Nova Dourada além das comunidades indígenas Xavante e Xingu. O Hospital possui as especialidades de ortopedia e traumatologia, pediatria, ginecologia e obstetrícia, clínica geral, cirurgia geral, urologia, neurologia e anestesiologia.

# Português cobra do Executivo dívida com hospitais da região oeste



Foto - Mauricio Barbant

Cristina Cavaleiro

O deputado Airton Português (PSD) cobrou do secretário-adjunto de Saúde, Marcos Rogério, a quitação das parcelas atrasadas aos hospitais de Cáceres, São Luiz, Regional, Bom Samaritano e Hospital Santa Casa, de Pontes e Lacerda, em reunião com outras autoridades de Cáceres e do Estado.

“Saúde é prioridade. A região de Cáceres agrega muitos municípios que necessitam de atendimentos especializados”, disse Portu-

guês, ressaltando que a unidade atende todos os municípios da região de Cáceres.

Também participaram da reunião os presidentes das Câmaras Municipais de Cáceres e Pontes e Lacerda, Alvasir Alencar e Romes Amorim, e dos vereadores Anderson Barbosa e Valdeniria, além de outras autoridades.

Segundo Valdemiria, os valores pendentes do Hospital São Luiz, uma das maiores unidades hospitalares do interior de Estado, e do Hospital Regional, já passaram dos seis milhões de reais e do Bom Samaritano, aproxima-

damente R\$ 73 mil.

Por conta disso alguns atendimentos foram paralisados no Hospital São Luiz. Somente atendimentos de urgências e emergências estão sendo realizados na unidade. Já no Hospital de Pontes e Lacerda a dívida é de R\$ 60 mil.

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Saúde (SES), vai repassar um milhão de reais de uma dívida de R\$ 4,1 milhão que possui com o Hospital São Luiz, e um dos quatro repasses de R\$ 67 mil devidos ao Hospital O Bom Samaritano.

# Hospitais devem esclarecer direito de acompanhantes aos idosos



Foto - Maurício Barbant

Sid Carneiro

Hospitais estaduais e privados deverão fixar placa, ou cartaz, em locais visíveis informando sobre o direito do acompanhamento de idosos em caso de internação, ou de observação. O Estatuto do Idoso (Lei Federal 10.741, de 2014) garante a homens e mulheres, com mais de 60 anos, o direito no atendimento médico com acompanhante em tempo integral nos casos de internação/observação em estabelecimentos de saúde. O benefício foi incluído em um projeto de lei do deputado e presidente da

Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Romoaldo Junior (PMDB).

Na proposta de Romoaldo Junior, as placas, ou cartazes, devem conter, obrigatoriamente, a seguinte informação: “Ao idoso internado, ou em observação, é assegurado o direito à acompanhante, conforme o disposto no artigo. 16 da Lei Federal 10.741, de 2003”.

“Ao idoso internado, ou em observação, é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico”, observou

o deputado.

Segundo Romoaldo, o desconhecimento por parte dos pacientes e a rotina dos estabelecimentos podem ser a explicação da falta da tal informação.

“A disseminação da lei sobre os direitos pertencentes aos idosos é de extrema importância para a nova realidade de um país que deixou de ser jovem, valorizando e respeitando assim essa fase da vida”, afirmou o parlamentar. Nos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul já existem legislações sobre o assunto, por meio das leis 17364, de 2012, e 14524, de 2014.

# Projeto do MT Saúde retorna à pauta no Parlamento



Foto - Maurício Barbant

Thiago Itacaramby

O projeto que prevê a reestruturação do MT Saúde foi protocolado, na semana passada, na Secretaria de Serviços Legislativos da Casa Civil. A consolidação ocorreu graças a cobrança do deputado Emanuel Pinheiro (PR), que cobrou em Plenário da Assembleia Legislativa a apreciação da matéria por parte do Poder Executivo.

“A Mesa Diretora atendeu a reivindicação, localizando o projeto graças a nossa intervenção política. Temos o maior interesse em colaborar com o desfecho dessa iniciativa, já que se trata de milhares de vidas que são usuários do plano de saúde do funcionalismo público do estado de Mato Grosso”, disse o autor de boa parte das emendas.

O projeto, que estava parado desde o ano passado, foi adiado por diversas vezes, e aprovado em segunda votação, com 10 emendas no dia 30 de abril deste ano. A emenda sobre a medida que zeraria a participação financeira do Governo do Estado no plano, uma das principais discussões, foi aprovada.

Para Pinheiro, com a retirada, mesmo que gradual do Executivo, o plano perde a característica de um plano público e de inclusão social. Emanuel, através da emenda, garantiu que pelo menos 30% sejam arcados pelo Executivo, quando o plano estiver em dificuldade financeira ou orçamentária.

“O governo socorrerá o MT Saúde, quando o mesmo se encontrar em dificuldade orçamentária ou financeira. O estado será o principal avalista e fiador, até porque o plano é público”.

Outra emenda que Pinheiro destacou foi a do estatuto do idoso, para beneficiar pessoa acima de 60 anos a pagar menos. A emenda garante que os idosos não terão a tarifa do plano reajustada.

“A Assembleia foi responsável pela não extinção do plano, em 2011 e 2012. A Casa criou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que contribuiu para o processo de reestruturação. Desejamos que o governador Silval Barbosa (PMDB) possa sancionar e reestruturar de uma vez por todas, consolidá-lo e devolvê-lo forte, com credibilidade ao mercado, para atender a sua clientela”, destacou Pinheiro.

Criado em 2003 pelo ex-governador, Blairo Maggi (PR), atualmente senador da República, o plano beneficia 12 mil servidores, o que totaliza 30 mil pessoas contando os dependentes.

# Nova Ubiratã busca apoio de Baiano para evitar colapso na produção



Foto - Fabrício Rodrigues

Naiara Martins

O deputado Baiano Filho (PMDB) e o prefeito de Nova Ubiratã, Valdenir dos Santos, se reuniram com o novo diretor-presidente da Cemat/Energisa, Wilson Couto, para discutir a ampliação do abastecimento de energia no município. Segundo Valdenir, crescem as reclamações da classe produtora em relação a limitação energética e o impacto decrescente sobre a produção.

Iniciativas básicas à agricultura, como a instalação de pivôs de irrigação, está comprometida pela falta de capacidade elétrica. O mesmo ocorre com a necessidade de instalação de novos armazéns. Investimentos em novos mercados, como a piscicultura e a bacia leiteira eminentemente ligada ao incentivo à agricultura familiar, estão estrangulados. A baixa

oferta energética também tem inviabilizado a instalação de abatedouros de aves no município, impactando sobre a geração de emprego e renda. Dados apontam que o consumo elétrico em Nova Ubiratã cresce a 9,89% ao ano, enquanto a média brasileira chega a 3%.

Nova Ubiratã ocupa o quinto lugar na produção de grãos em Mato Grosso, com uma área de aproximadamente 400 mil hectares e uma colheita de mais de 1,5 milhão de toneladas. “Energia elétrica é uma matriz básica, para garantir a qualidade de vida da população precisamos de energia, para garantir a gestão da produção também é fundamental que o fornecimento de energia acompanhe a demanda, não podemos estrangular nossa produção por falta de um item tão elementar como a eletricidade”, defendeu Baiano Filho. O deputado tem militado nas regiões norte e Araguaia na

defesa veemente para a ampliação no abastecimento de energia e expansão da capacidade elétrica, com vistas a evitar um possível colapso no setor produtivo, que cresce a números vertiginosos e sem o respaldo necessário.

**Posição** – Diante das dificuldades, o diretor de Operações da Cemat/Energisa, José Adriano, argumentou a existência de um acompanhamento sobre a crescente no consumo em Nova Ubiratã. Segundo Adriano, os custos para o atendimento de demandas imediatas como melhorias no sistema de distribuição e remanejamento de cargas gira em torno de R\$ 8 milhões. Com meta a médio prazo, a Cemat/Energisa assumiu o compromisso para instalação de uma subestação com capacidade para oito megas. Avaliada em aproximadamente R\$ 30 milhões, a subestação estará em funcionamento até 2016.

# Alexandre diz que MT pode perder recursos dos *royalties* do petróleo



Foto - Fablicio Rodrigues

Alline Marques

O deputado Alexandre César (PT) fez um alerta sobre a negativa do governo estadual em encaminhar mensagem que trate sobre a destinação dos recursos dos royalties do petróleo, o que poderá atrasar a destinação de tal verba para Mato Grosso. O dinheiro deve ser aplicado 75% na Educação e 25% na Saúde.

De acordo com o parlamentar, em setembro do ano passado, por meio da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto, a Assembleia Legislativa encaminhou uma indicação ao governador Silval Barbosa (PMDB) para que apresentasse projeto de lei destinando as receitas estaduais relativas aos royalties decorrentes da exploração do petróleo e gás natural nos percentuais de 75% para

a Educação e 25% para a Saúde.

A indicação foi feita porque, segundo Alexandre César, a Lei Federal 12.858, que trata da destinação dos royalties, destaca que as receitas serão distribuídas de forma prioritária aos Estados e municípios que aprovarem lei semelhante que determine a aplicação da respectiva verba com a mesma destinação exclusiva de 75% para a Educação e 25% para a Saúde.

Sendo assim, caso Mato Grosso não aprove a referida lei não entrará na fila prioritária e demorará mais a receber os recursos, que contribuirão para o avanço dos setores, além de cumprir as metas do Plano Nacional de Educação e da Saúde. Além disso, o deputado ressalta que o governador tem reafirmado seu compromisso com as duas áreas.

**Desenvolvimento** – “Esses recursos, sem sombra de dúvida, irão contribuir para redução da desigualdade, melhoria nas condições de vida dos profissionais das áreas da educação e saúde, dando-lhes melhores condições de trabalho, salários dignos e consequentemente melhoria na qualidade de ensino e de atendimento daqueles que utilizam a educação e a saúde pública”, afirmou.

Porém, em resposta à indicação feita pela Comissão de Educação, à época presidida por Alexandre César, à Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) apresentou nota técnica orientando o governo a não apresentar tal lei para evitar que a vinculação de recursos, ficando o Estado restrito, portanto, aos repasses constitucionais de 25% para Educação e 12% à Saúde.

Alexandre César demonstrou preocupação com o posicionamento do governo estadual. Ele recebeu apoio do líder do governo, deputado Hermínio J. Barreto (PR), que irá conversar com o governador Silval Barbosa para que a lei seja encaminhada ainda neste primeiro semestre ao Poder Legislativo.

# Malheiros quer discutir destinação de embalagens plásticas



Foto - Widson Maradona

Cláudia Campello

O Projeto de Lei 127, do deputado João Malheiros (PR), que dispõe sobre a reciclagem e destinação de embalagens plásticas e similares deve voltar a apreciação da Assembléia Legislativa ainda este ano.

Após vários debates com segmentos da classe empresarial, sociedade e ampla discussão nos comitês sobre meio ambiente, o caráter da lei estabelece um prazo de seis meses, a partir da aprovação da nova lei, para que as empresas recolham 30% das embalagens comercializadas, passando para 50% em 18 meses e 75% em 36 meses.

Estipulado ainda no projeto de Malheiros que 10% dos recursos financeiros utilizados por empresas em veiculação publicitária deverá ser destinado à divulgação de mensagens

educativas ao meio ambiente, com a finalidade de combater e estimular a coleta das embalagens plásticas visando assim à educação ambiental e sua reciclagem.

Segundo dados da Associação Brasileira de Embalagens Pet (Abepet), em Mato Grosso são comercializadas mensalmente cerca de 600 toneladas de garrafas plásticas e embalagens similares. O número pede uma reflexão sobre os danos que essas embalagens estão causando aos nossos rios, principalmente aos que deságuam no Pantanal. "Essas embalagens plásticas e similares constituem uma das principais fontes de poluição de nossos mananciais hídricos. Garrafa plástica jogada na rua vai parar no rio assim que cai a primeira chuva, causando, inclusive, riscos à população, frequentemente exposta às enchentes ocasionadas pelo assoreamento", pontuou o deputado.

**Realidade** – O aumento da demanda por embalagens plásticas, segundo o Compromisso Empresarial Para Reciclagem (Cempre) é de 10% ao ano. Por isso, o dano ambiental causado a natureza é imensurável.

Malheiros acredita que mais do que leis rígidas que inibam o desmatamento, assoreamento e poluição, é preciso despertar a consciência da população para a preservação do meio ambiente. Apenas Cuiabá e Várzea Grande, por exemplo, depositam todos os dias mais de 35 toneladas de lixo e 800 mil litros de esgoto doméstico e industrial em nossos rios. "Hoje, o nosso velho rio Cuiabá se divide em fonte de lazer e turismo, gerador de energia, principal fonte de água potável para Cuiabá e Várzea Grande, e, infelizmente, depósito de lixo e canal de esgoto. Isso tem que ser revertido e com urgência", concluiu Malheiros.

# Pandolfi cobra transparência em repasse de taxas Taseg e Tacin



Foto - Mauricio Barbant

Diego Saporski

O deputado Márcio Pandolfi (PDT) apresentou requerimento, aprovado no Plenário da Assembleia Legislativa, que requerer das Secretarias de Fazenda (Sefaz) e Segurança Pública (Sesp), no prazo de 30 dias, informações pormenorizadas da Taxa de Segurança Pública (Taseg) e a Taxa de Sede Segurança Contra Incêndio (Tacin).

Para o parlamentar, os pequenos e médios empresários não suportam mais as pesadas cargas tributárias impostas. “Ao invés de desenvolvermos políticas de incentivo, estamos taxando os pequenos e médios empresários.

E o recurso arrecadado com essas taxas não está retornando aos municípios o que traria melhorias na estrutura da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, conforme determina o projeto de lei”, destacou Pandolfi.

O requerimento visa informações sobre o valor total da arrecadação da Tacin e Taseg nos últimos quatro anos e a especificação dos valores por município, quais foram os investimentos realizados a partir da arrecadação, em quais municípios e valores dos investimentos pagos.

Além disso, o requerimento também questiona se as taxas estão sendo repassadas 50% do valor da arrecadação em despesas de ca-

pital da unidade operacional de execução do município aonde foi gerada a receita. Esse ponto está previsto no artigo 101-A da Lei 9.067, de 2008. E também quais foram os valores repassados e para qual unidade operacional e município.

Conforme Pandolfi, os recursos caem na Conta Única do Estado, mas ninguém tem acesso, ou sabe qual o destino dos mesmos. “Acompanhamos a total falta de gestão e transparência nas contas deste governo”, criticou o deputado.

Caso o governo não preste às informações requeridas pelo parlamentar, pode incorrer em crime de responsabilidade.

# Riva pede reunião com governo para definir investimentos em MT



Foto - Maurício Barbant

Kleverton Souza

O deputado José Riva (PSD) solicitou agendamento de reunião com o governador Silval Barbosa (PMDB), equipe econômica do Executivo e com todos os parlamentares para promover uma agenda positiva para Mato Grosso. O objetivo é que sejam pontuados os investimentos que serão realizados neste ano em áreas como saúde, educação, segurança pública e estradas.

De acordo com Riva, as questões jurídicas devem ser resolvidas exclusivamente nessa esfera, pois a sociedade cobra respostas para as demandas nos municípios.

“Precisamos construir uma agenda positiva para dar resposta à sociedade, dizer o que de fato podemos oferecer ao povo de Mato Grosso em cada setor. Por isso, essa Casa de Leis deve solicitar uma audiência com o governador e equipe econômica para saber o

cronograma de ações, principalmente na saúde, educação, segurança pública e estradas”, afirmou Riva.

O deputado pediu a intermediação do presidente do Poder Legislativo, Romoaldo Júnior (PMDB), e do líder do governo na Casa, Hermínio J. Barreto (PR), para agendar a reunião ampliada.

“A sociedade cansou de notícias ruins e embates políticos desnecessários, e a população quer saber o que vai acontecer de benefício para os municípios. Devemos construir uma agenda positiva para o fim do mandato e não fugir da nossa responsabilidade de conversar com o povo, receber as demandas e respondê-las após obtermos as informações do Governo do Estado”, argumentou.

Na área de saúde, por exemplo, Riva reiterou que se as Organizações Sociais de Saúde (OSS) não deram certo, é preciso mudar

o modelo de gestão, promovendo parcerias com os municípios, fortalecendo os hospitais regionais, construir leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no interior para desafogar Cuiabá e Várzea Grande. Já na segurança pública, o parlamentar lembrou que os militares aguardam resposta sobre a solicitação da reestruturação salarial da categoria.

“Se tem categoria que precisa de revisão no Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), é a Polícia Militar, que necessita de melhor qualidade de vida”, exemplificou.

Sobre a infraestrutura, Riva lembrou o programa MT Integrado, em execução, e disse que é importante obter informações junto ao Estado para a pavimentação em algumas regiões. “Irei a Brasnorte e é essencial saberemos sobre o asfaltamento das estradas da região, das obras da MT-170, BR-174, as obras de Castanheira a Colniza, o que vai acontecer neste ano e quais contratos serão cumpridos e quando”, disse Riva.

**Atendimento** – O parlamentar lembrou que o vice-governador Chico Daltro (PSD), enquanto estava à frente da Secretaria de Cidades (Secid), promoveu vários convênios junto às prefeituras para ações municipais. “Foi um trabalho maravilhoso, conversando com todos os deputados e prefeitos. Hoje, existe a angústia e incerteza se os recursos serão liberados para as obras”.

Em aparte à fala de Riva, o líder do Governo J. Barreto parabenizou o parlamentar pela iniciativa e disse que entrará em contato com o governador para agendar a reunião com os parlamentares. “Essa agenda de trabalho com a Assembleia Legislativa é importante. Não tenho dúvidas que Mato Grosso vive expectativa grande. O deputado Riva está certo em pedir essa reunião com o Governo do Estado e definir o que será realizado este ano, destacou o deputado Hermínio”.

# Projeto reajusta verba indenizatória em 41%



Foto - Widson Maradona

Elzis Carvalho

Os servidores efetivos no cargo de oficial de justiça terão 41,99% de reajuste na verba indenizatória para cumprimento de mandados da justiça gratuita. O novo valor é de R\$ 1.983,58. Na verba de periculosidade, o percentual é de 35% sobre o valor do subsídio. Atualmente, o valor pago aos oficiais de justiça é de R\$ 1.483,58.

O Projeto de Lei 152, de 2014 – lido em Plenário alterando o valor – deve ser votado em regime de urgência a pedido do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Orlando de Almeida Perri. De acordo com a proposta, o

atual servidor efetivo no cargo de inspetor de menores será enquadrado como Agente da Infância e Juventude. Ele vai receber, desde que esteja de fato desempenhando a função, verba indenizatória por atividade externa o valor equivalente a R\$ 741,79 reajustado segundo os mesmos índices e data-base previstos aos servidores do TJ.

A proposta, segundo o presidente do Tribunal de Justiça, atende a Resolução nº 153, de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece procedimentos para garantir o recebimento antecipado de despesas de diligências dos Oficiais de Justiça.

“A Resolução considerou que as despesas

não devem confundir-se com custas judiciais, além do que, busca garantir o recebimento justo, correto e antecipado destas despesas para o devido cumprimento do mandado judicial”, diz trecho da mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa.

Diante da limitação orçamentária do exercício 2014, uma comissão foi constituída para estudar a viabilidade para a implementação da Resolução. Ela concluiu pela proposta de criação de verba única, denominada verba indenizatória para cumprimento de mandados da Justiça Gratuita. Ficou definido que a verba indenizatória de R\$ 1.483,58 e que o abono indenizatório está fixado em R\$ 500.

# Ação de Azambuja possibilita reativação de posto de fiscalização



Foto - Fablicio Rodrigues

Vânia Costa

O Governo do Estado desativou o Posto de Fiscalização do Limão, na BR 070, fronteira com a Bolívia, no município de Cáceres, há dois anos por causa de atribuição a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

De acordo com a Constituição do país, a fiscalização em margens de BR é de responsabilidade da PRF. Entretanto, a reativação do posto pode se tornar realidade nos próximos dias por intervenção do vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Antonio Azambuja (PP).

A proposta do deputado é de que o Limão se torne um posto de segurança conjunta do Grupo Especial de Segurança de Fronteira (Gefron) e da PRF. “Não sou contra a legislação, po-

rém essa desativação nada contribuiu na coibição da criminalidade”, defendeu Azambuja.

Em resposta a solicitação do vice-presidente, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) se manifestou favorável a reativação do referido posto, bem como o próprio Gefron. O secretário de Segurança, coronel Osmar Lino de Farias, explica que agora depende apenas da resolução da parte administrativa de cooperação entre Estado e a Polícia Rodoviária para atuação, bem como autorização do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) para construção na faixa de domínio.

Ainda de acordo com o secretário já foi enviado à PRF, através do Ofício 1286, de 2014, propondo que seja concretizado um Termo de Cooperação entre as instituições, visando à fi-

xação do posto policial, que será utilizado pelo Gefron. Azambuja disse que durante esses dois anos que o posto ficou desativado houve aumento no número de veículos e motos roubados no Brasil e levados para serem trocados por drogas na Bolívia. E ainda facilitou a entrada de entorpecentes, como pasta base e cocaína, armas de fogo e munições.

“É grande o número de criminalidade e mais ainda o número de crianças que estão sendo levadas pelas drogas, devido à facilidade no acesso”, salientou o deputado.

Para Antônio Azambuja, a reativação vai garantir segurança na fronteira, ações de combate a criminalidade em operações que podem acontecer com frequência, garantindo assim segurança à população que vive na mira de bandidos.

# Marinho requer melhorias para bairros da Capital e VG



Foto - Maurício Barbant

Itimara Figueiredo

A Assembleia Legislativa aprovou, na semana passada, três indicações para a recuperação de ruas e avenidas de Cuiabá e Várzea Grande. De autoria do deputado Luiz Marinho (PTB), os pedidos foram encaminhados ao Governo do Estado, com cópias para a Secretaria de Transportes e Pavimentação Urbana (Setpu) e às respectivas prefeituras.

Marinho também requisitou a construção de uma nova sede para o Centro Comunitário do Bairro Canjica, na Capital. A medida visa atender melhor a população que sofre com os inúmeros desvios criados em detrimento às obras da Copa do Mundo, que não vêm recebendo a devida manutenção através da

operação tapa-buracos.

O deputado destaca que percorrer as ruas e avenidas tem sido um grande problema aos mato-grossenses. A falta de sinalização, buracos na pista e congestionamentos estão entre os gargalos do trânsito nessas cidades, que aumentam ainda mais no período chuvoso, provocando avaria nos veículos e atrasos no transporte coletivo.

Dentre as localidades citadas pelo parlamentar, e que precisam da atenção do poder público, estão as ruas dos bairros Ouro Branco e Jardim Paula, em Várzea Grande. Algumas delas necessitam de cascalhamento e patrolamento.

“Indicamos esses serviços para atender os moradores da região que sofrem com a falta de investimentos na infraestrutura dos bairros.

Há ruas que ainda não foram asfaltadas, e a população sofre o ano inteiro, pois durante as chuvas ficam alagadas e na seca vem a poeira, isto sem contar com os inúmeros acidentes. Vamos cobrar do Governo do Estado e prefeituras a reivindicação da comunidade”.

Em relação à construção do centro comunitário, Marinho reitera o pedido, pela segunda vez, e destaca que a comunidade não dispõe de uma área para atividades culturais e de lazer, já que o antigo espaço está praticamente destruído. Sem local adequado para atividades educativas e de lazer, as crianças e adolescentes acabam brincando nas ruas, fato os tornam mais vulneráveis aos riscos sociais, seja por acidente de trânsito ou envolvimento com drogas, por exemplo.

# Teté destaca amor a MT em entrega de títulos de cidadania



Foto - Mario Friedlander

Maricelle Lima Vieira

A noite desta quinta-feira, 22 de maio, foi especial para 32 pessoas que receberam o título de cidadão mato-grossense pela Casa de Leis, através da deputada Teté Bezerra (PMDB). A sessão solene ocorreu no Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour e homenageou pessoas de diversos Estados brasileiros, de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Pará, Alagoas, Paraíba e Rio de Janeiro.

Para a deputada, conceder a honraria foi uma satisfação por entender a importância desse momento. Teté é paulista de nascimento e mato-grossense de coração e paixão, que também, no passado, foi agraciada com o título. “Tenho, assim como vocês, orgulho e amor por este estado”, define a de-

putada.

Ela acrescenta ainda que todos escolheram esta terra para viver e constituir uma família, e acreditaram no potencial que Mato Grosso ainda oferece até hoje. “Muitos que, iguais a nós, chegam todos os dias com o objetivo visionário que esta terra proporciona – a esperança de ter oportunidade e de ser feliz”.

A deputada citou ainda, durante o discurso, a letra da música - “É bem Mato Grosso”, dos compositores Pescuma, Henrique e Claudinho – onde demonstra todas as características da terra e do povo mato-grossense.

Representando os homenageados, Tânia Barteli fez um histórico da vida dela no Estado, e, como reconhecimento, teve dois filhos que são mato-grossenses. “Tenho orgulho deste estado que me recebeu de braços abertos, e até hoje ainda é um celeiro de oportunidades”, completa Tânia.

**Homenageados** – Ademim Claro de Oliveira, Adilson Roque Teixeira, Adriana Gomes do Nascimento, Ana Angélica de Araujo Werneck, Ana Cristina Lepinsk Romio, Ana Karla Ataíde Aires Costa, Cleide Maria Nazário, Elaine Luiza Perassoli, Fabício Rodrigues de Barros, Geancarlos Francisco Guimarães, João Batista dos Santos, Jorge Cláudio Maciel Barros, Jorge José Estevão Filho, José Alberto Adamczyk, José Luis Laranja, Jovenil Rodrigues Júnior, Júlio César Goulart, Luiz Fernando Souza Vieira, Márcia Raquel de Oliveira, Márcia Regina Andreola, Marcos Bergamasco, Maria de Jesus Teixeira de Farias, Natacha dos Santos Wogel de Barros, Noelma Fernanda de Oliveira, Odília Aparecida Alves, Osmar de Carvalho, Sérgio Souza, Silvio César Correa Araújo, Tânia Aparecida Barteli, Teomar Estevão Magri, Valéria da Silva Nicola e Wendel Renato Cruz.

# Adalto de Freitas critica obras na região do Araguaia



Foto - Fablício Rodrigues

Thiara Raquel Prado

O deputado Adalto de Freitas (SDD) criticou a qualidade nas obras que foi inaugurada há mais de um ano, no trecho da BR 158, que liga Alô Brasil a Ribeirão Cascalheira. A obra de pavimentação de cerca de 120 quilômetros foi realizada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra) em parceria com o Governo

Federal.

De acordo com o parlamentar, a qualidade do asfalto é a pior que fizeram. “A obra feita há pouco tempo já esta se deteriorando, e isso significa que o material usado não é bom”. Além disso, o trecho não conta com sinalização ao longo dos 120 quilômetros.

Ainda segundo o deputado, outro problema acontece na MT-326, conhecida como a ro-

dovia do calcário, entre Cocalinho e o Rio das Mortes, até o momento ainda não foi liberada a ordem de serviços. A obra de pavimentação deve compreender 60 quilômetros.

“Todos aguardam a pavimentação dessa rodovia, uma vez que é considerada via de escoamento da região. A logística ineficiente onera o custo do calcário, que é o potencial econômico da região”, complementa Adalto.

# José Domingos consegue benefícios para Lucas do Rio Verde



Foto - Fabrício Rodrigues

Bruno Barreto

José Domingos Fraga (PSD) liderou, na quarta-feira, 28 de maio, uma comitiva formada pelo prefeito em exercício de Lucas do Rio Verde, Miguel Vaz Ribeiro, o secretário de Desenvolvimento Econômico, Paulo Nunes, e o vereador Francivaldo Afonso Vieira, o Zulu Moto Táxi. Em pauta, a questão sobre o setor de Educação no município, duas vezes favorecido graças ao intermédio de Fraga.

Na reunião com o reitor do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), José Bispo Barbosa, foi discutida a implantação de um campus para a cidade de Lucas. Bispo garantiu que em bre-

ve o IFMT irá atender mais de 1.200 alunos da região.

“Com a ajuda do deputado José Domingos e dos representantes do município, tenho certeza que um novo campus irá surgir em Mato Grosso. Temos apenas que tornar oficial a parceria do Estado e do Governo Federal”, explicou o reitor.

Segundo Paulo Nunes, nos próximos dias membros da equipe técnica do IFMT irão visitar o local onde o novo campus será abrigado. “Hoje as instalações são geridas pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Secitec), mas um termo que sede o espaço ao IFMT deve ser assinado pelo secretário Ra-

fael Bello Bastos”, garantiu Paulo.

Na Secretaria de Estado de Educação (Seceduc), José Domingos conduziu o mesmo grupo para assinatura do convênio que assegura a construção de um Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) para Lucas do Rio Verde.

“Escolas, centros profissionalizantes e universidades deveriam ser construídos um em cada esquina. Acredito que para combater a desigualdade social é preciso capacitar o cidadão brasileiro. Lucas do Rio Verde irá contar com dois novos centros de ensino, fator essencial para o desenvolvimento”, disse José Domingos.

# Dilmar solicita manutenção da BR 174



Foto - Mauricio Barbant

Thaiza Assunção

O deputado Dilmar Dal’Bosco (DEM) encaminhou ao secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana (Setpu), Cinésio Nunes de Oliveira, documento cobrando a manutenção da BR 174, no trecho que liga os municípios de Juína e Campo Novo do Parecis. A proposta, segundo o parlamentar, visa atender reivindicação dos madeireiros instalados nessas cidades.

De acordo com o parlamentar, há mais de quatro meses a rodovia encontra-se em péssimas condições de conservação e trafegabilidade, colocando em risco a vida dos moradores e

comprometendo a atividade madeireira.

“As condições das estradas da região influenciam diretamente no custo e produtividade das indústrias, uma vez que sem condições de trafegabilidade as viagens demoram mais tempo, os caminhões sofrem mais danos, circunstâncias que acarretam o aumento dos valores, além do atraso no processamento da madeira”, afirmou.

Ao secretário de Estado de Segurança Pública (Sesp), Alexandre Bustamante, o deputado solicitou a implantação de um posto policial no Distrito de Cardoso D’Oeste, localizado na cidade de Porto Esperidião, município que faz fronteira com a Bolívia. Cardoso D’Oeste é um

distrito que engloba vários assentamentos rurais e não possui posto policial para garantir a segurança dos moradores.

De acordo com Dilmar, mesmo na sede do município de Porto Esperidião o número de policiais é insuficiente para atender a demanda de ocorrências, deixando as comunidades rurais desprovidas de segurança pública.

“A população está assustada com o aumento nos casos de assalto a mão armada, assassinatos e crimes envolvendo drogas ilícitas nos últimos meses. A implantação do posto policial trará tranquilidade à população”, pontuou o deputado.

# Governo retoma obra após cobrança de Zeca Viana



Foto - Fablicio Rodrigues

Lidiane Barros

A postura de cobrança do deputado Zeca Viana (PDT) tem surtido efeito. A atitude já o coloca entre os parlamentares mais fiscalizadores das ações do governo. As obras da Estrada do Moinho, em Cuiabá, por exemplo, foram retomadas há poucos dias, mas estão longe de serem concluídas, uma condição de inúmeras outras.

No início do mês o deputado havia citado a obra quando questionou a pressa do governo em fazer concessão para a iniciativa privada de rodovias estaduais e implantar novos pedágios.

No acompanhamento *in loco* da equipe de comunicação do parlamentar sobre o andamento da obra, a surpresa foi flagrar uma das máquinas ato

ladas enquanto estava em operação na sexta-feira passada. Um dos operários explicou que a terra ainda está muito úmida por conta das chuvas recentes e disse que a previsão é que a duplicação seja concluída em três meses. Isso significa que não ficaria pronta a tempo da Copa do Mundo. Afinal, seria necessária uma força-tarefa para o cumprimento do novo prazo.

O deputado Zeca Viana afirmou que a população teria da Copa do Mundo “o legado de obras mal construídas, pouco fiscalizadas e inacabadas e, além disso, trânsito caótico”. “Nós precisávamos representar bem o estado. Mas, infelizmente, os nossos gestores não souberam aproveitar o momento”.

Vale ressaltar que a obra da Estrada do Moinho era realizada já em junho do ano passado. As chuvas recomeçaram recentemente.

**Realidade** – A falta de planejamento do governo tem sido alvo de críticas do deputado. “Nós sabíamos que a copa vinha para cá desde 2009. Começamos a fazer obra em 2012”, costuma lembrar. Ele assinala que desde o início do mandato tem feito alerta sobre o fraco andamento das obras e a qualidade delas.

De acordo com Zeca, o certo era fechar uma rua, ou avenida, e abrir trincheira, fazer a obra e liberá-la e depois fechar outra avenida e a trincheira. “Não. O governo resolveu fazer buraco na cidade toda. O resultado é caos e altos custos à população”, como ele avalia.

A obra de duplicação da Estrada do Moinho tem 4,42 km de extensão, mas foi orçada em R\$ 23,6 milhões - quase R\$ 6 milhões por quilômetro. O parlamentar também chamou a atenção para esses gastos na tribuna da Assembleia Legislativa.

# Rezende pleiteia agência de Correios para o interior de MT



Foto - Maurício Barbant

## Sebastião Rezende

O deputado Sebastião Rezende (PR) esteve reunido com o diretor geral dos Correios em Mato Grosso, Nilton do Nascimento, com a intenção de articular medidas para atender os municípios que ainda não possuem agências dos Correios no Estado. Na região de Rondópolis, as cidades de São Pedro da Cipa e São José do Povo, por exemplo, como dezenas de outras no interior do Estado, ainda não

possuem agências dos correios.

Nilton do Nascimento explicou que o custo mensal para manter uma agência é de, no mínimo, R\$ 120 mil por ano. Para beneficiar os municípios ainda não contemplados, o diretor fez o compromisso com o parlamentar de instalar agências nas localidades onde a prefeitura se proponha em fazer parceria com a empresa pública, cedendo o prédio necessário. O espaço para abrigar a agência, com todas as dependências, é de, no mínimo,

100 m<sup>2</sup>.

Sebastião Rezende destacou a importância das agências dos Correios, pois prestam um serviço essencial para as cidades. Além de solicitar as agências para os municípios ainda não atendidos, o parlamentar fez o pedido para que as mesmas disponibilizem postos avançados do Banco do Brasil dentro da estrutura física, visando atender a comunidade também com serviços bancários.

# Cultura de MT é debatida em seminário



Foto - Ronaldo Mazza

Sandra Santanna

Em comemoração aos 95 anos do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHG-MT) e dos 35 anos de Divisão do Estado, o IHGMT e o Instituto Memória da Assembleia Legislativa se unem para a realização inédita do seminário: Identidade Regionais de Mato Grosso – para debater as manifestações culturais no Estado e as influências. O evento será no dia cinco de junho, às 19 horas, no auditório Licínio Monteiro, na sede do Poder Legislativo. O seminário é gratuito e será aberto ao públi-

co. Os participantes receberão certificados.

O presidente do instituto, Vinícius Araújo, explica que foram convidados mestres e doutores em história e geografia para ministrar a palestra, e, em seguida, vão discutir numa mesa redonda diversificação, os elementos e a influência que a cultura sofreu com o passar dos anos.

“A cultura mato-grossense ainda é muito associada à cultura cuiabana, e o estado tem uma diversidade cultural muito grande composta por danças, cantos, festivais folclóricos, entre outros”, ressalta Araújo.

Ísis Catarina Brandão, do instituto Memória, reforça que a Assembleia Legislativa sempre busca valorizar as manifestações culturais do Estado e realiza com frequência exposições na Casa fortalecendo a cultura de Mato Grosso nos mais diferentes municípios. Entre os convidados para promover o debate estão a doutora em Geografia e professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Sônia Regina Romancini; doutor em História Social e professor da UFMT, Fernando Tadeu de Miranda Borges, e o mestre em Educação e professor da UFMT, Carlos Américo Vertolini.

# Instituto Memória recebe visita de bombeiros da Sejusp



Foto - Ronaldo Mazza

Márcia Martins

O Instituto Memória da Assembleia Legislativa recebeu, na semana passada, a visita de uma equipe do Corpo de Bombeiros da Secretaria de Segurança Pública do Estado (Sejusp), que veio conhecer o arquivo do departamento. Os visitantes estão participando de um Curso de Oficiais Administrativos de Bombeiros Militares e, de acordo com os

militares, é importante que aprofundem os conhecimentos sobre gestão documental. A gerente de arquivo da Sejusp, Alessandra Gonçalves de Oliveira, destacou que, após essa visita, os bombeiros terão uma nova consciência quanto à preservação de documentos.

“De agora em diante vão avançar na carreira, e é importante que entendam do assunto. Interessante as explicações de Ísis

Catarina Brandão, do instituto”, declarou Alessandra.

Amir de Souza, Bombeiro Militar há 16 anos, aprovou a estrutura física e organização do Instituto Memória e disse que gostou de tudo que aprendeu com a visita. “Depois da conclusão do curso vamos exercer a função de chefes de seção administrativa, e essa rotina de trabalhar com arquivos fará parte do nosso dia a dia”, explicou Amir.

# Wagner quer monitoramento de grandes eventos por vídeo



Foto - Maurício Barbant

Fernando Leal

A Comissão de Segurança Pública e Comunitária da Assembleia Legislativa começou a estudar a possibilidade de serem monitorados, por meio de câmeras, os eventos temporários realizados em locais abertos ou fechados dentro de Mato Grosso. Sobre o assunto, os Projetos de Lei 42 e 43, de 2014, têm regras específicas que se aplicam aos casos em que os respectivos públicos sejam estimados em número igual ou superior a dois mil e dez mil pessoas.

O controle será de responsabilidade do produtor ou idealizador formal do evento e do Poder Público, e vai abranger as regiões de entrada e saída do público, e toda a área interna

de concentração das pessoas. Por sua vez, a expedição do Alvará de Autorização – pelo órgão municipal – ficará condicionada à apresentação do projeto de monitoramento do evento.

“É impossível o controle de cada metro quadrado dos espaços, em locais fechados ou abertos, onde são realizados eventos com centenas e até milhares de pessoas. Nossa intenção é que sejam resguardadas as seguranças pessoal e patrimonial, mas – acima de tudo – as vidas dos envolvidos”, alertou o deputado Wagner Ramos (PR). Segundo ele, a violência tem crescido em eventos abertos, e, em muitos casos, a impunidade é uma “trágica realidade”.

O foco está voltado para as múltiplas faces de uma atrocidade quase sempre fatal que insiste em estar pronta para acontecer em even-

tos públicos, ou privados, principalmente em espaços abertos, e que já tiraram a vida de centenas de pessoas nos últimos anos. Esse risco toma corpo quando banalidade, dissimulação, violência e impunidade estão juntas.

Em 40 anos, mais de 700 pessoas foram mortas e outras centenas se feriram por tiros, facadas, pisoteadas e queimadas em casos de grande repercussão. Estatística – Em 1992, cerca de 50 mil fãs quebraram tudo, irritados com atraso no show de Guns’N Roses e Metallica, em Montreal (Canadá). Em dezembro de 2004, na Argentina, incêndio provocado por fogos de artifício matou 194 pessoas. Em acidente idêntico, no ano passado, 230 pessoas morreram na Boate Kiss, em Santa Maria, Rio Grande do Sul.

# Avalone pede permanência da Guarda Nacional em MT



Foto - Widson Maradona

Cacá Barros

“A sociedade está pedindo socorro, a insegurança está generalizada e as pessoas não estão seguras nem dentro das próprias casas”, disse o deputado Carlos Avalone (PSDB), no Plenário da Assembleia Legislativa. Ele encaminhou uma indicação ao Governo do Estado solicitando reforço policial para a cidade de Poconé, onde os índices de violência estão alarmantes. E pediu a permanência, após a Copa, do efetivo de 600 homens da Guarda Nacional deslocados para fazer a segurança em Cuiabá. Avalone argumenta que esse reforço é fundamental para minimizar a situação de caos que vive a segurança pública, principalmente na Capital e nos municípios de fronteira. Segundo o deputado Tucano, o abandono da segurança pública e a situação de calamidade no atendimento a saúde, onde pessoas estão

morrendo por falta de exames e medicamentos, compromete seriamente a qualidade de vida da população

“Estamos vivendo uma situação de filme de terror, mas as histórias são reais e envolvem nossos amigos, nossos filhos, nossos vizinhos. Todos nos sentimos ameaçados”, afirma Avalone, citando o exemplo de um amigo que sofreu um assalto com reféns, onde os bandidos apontaram a arma para cabeça de um bebê de um ano e meio.

Na semana passada, depois de visitar vários amigos em Poconé, e ouvir de moradores e comerciantes o quanto a cidade está violenta, com alto índice de assaltos e drogas, o deputado ficou sabendo de um amigo que foi sequestrado dentro da fazenda, para roubar uma caminhonete. “Graças a Deus escapou com vida, mas outros não estão tendo a mesma sorte”, disse, destacando que o crescimen-

to da violência em Poconé é alarmante, o que justifica uma ação emergencial no município que é o portal de entrada do Pantanal.

Segundo o Tucano, os exemplos relatados, infelizmente, estão confirmados nas pesquisas. Segundo o Mapa da Violência, relatório feito pelo Governo Federal, Mato Grosso é 13º Estado no ranking de homicídios.

Já o levantamento da Organização Não Governamental (ONG) Conselho Cidadão para Segurança Pública e Justiça Penal do México, divulgado em janeiro de 2014, coloca Cuiabá na posição de 29ª cidade mais violenta do mundo. O Brasil é o país que possui maior número de cidades no ranking das 50 cidades mais violentas do mundo.

**Documento** – Conforme o Relatório Índices de Progresso Social, divulgado pela G1 no último dia quatro de maio, e elaborado pela organização americana sem fins lucrativos Social Progress Imperative, entre os 132 países analisados, o Brasil aparece na 122ª posição no ranking de segurança pessoal.

O Brasil está colocado em 11º lugar entre os países mais inseguros do mundo. Até países alvos de manifestações violentas, como Egito, Líbano, Ucrânia, e Lêmen têm índices de segurança pessoal maior que o Brasil. É o 24º país com maior média de mortes violentas. São mais de 20 homicídios por 100 mil habitantes, sendo que o trânsito também mata bastante, 22,5 para cada 100 mil habitantes. Em qualidade de vida o Brasil está na 46 (quadragesima sexta) posição. Violência é o principal item que puxa para baixo o desempenho do Brasil em qualidade de vida.

De acordo com o deputado Carlos Avalone, esses índices são indicativos da pouca importância dada segurança pública. “Vivemos um momento delicado, onde a violência cresce a galope, enquanto as políticas públicas andam lentamente, defasadas e ineficientes”, conclui.

# Savi pede construção de viaduto para Livramento



Foto - Mario Friedlander

Paulo Coelho

Atendendo a reivindicação da população de Nossa Senhora do Livramento, o deputado Mauro Savi (PR) indicou ao governador Silval Barbosa (PMDB) a construção de um viaduto na BR 070 no entroncamento com a MT-060, que dá acesso ao município. A reivindicação também foi estendida ao superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit/MT), Luiz Antonio Garcia, e tem como principal objetivo reduzir o número de acidentes registrado no trecho.

Conforme Mauro Savi, trata-se de uma exigência da população de Livramento, que utiliza essa rodovia para o atendimento de necessidades básicas, bem como a um grande

número de turistas, oriundos de outros Estados brasileiros e até mesmo de outros países, que se dirigem para essa região pantaneira afim de conhecerem a cultura e as belezas naturais de Mato Grosso.

Savi ainda argumenta que a cada dia aumenta a procura pelas apresentações culturais, como a dança do congo, o siriri, o cururu, o que aliás tem sido orgulho dos livramentenses, pois isso tem representado, a cada ano, incremento na indústria do turismo local na região, o que aquece sintomaticamente a economia de Livramento.

“E o mais importante nisso tudo é que vamos evitar que aconteçam mortes nesse trecho. É por isso que estamos pedindo urgência nas providências”, frisou Mauro Savi, acres-

centando que a importância na área cultural e folclórica merece atenção, e “essa atenção começa pela garantia do direito de ir e vir dos cidadãos que procuram Nossa Senhora do Livramento.

“Isso sem falar na arquitetura da cidade que é um verdadeiro relicário, onde são preservadas as mais caras tradições da nossa gente”, apontou Savi, ainda dizendo que com a realização da Copa do Mundo, com jogos em Cuiabá, o número de visitantes ao município de Livramento aumentará consideravelmente.

A indicação de Savi foi aprovada em plenário, na Assembleia Legislativa, e em seguida encaminhada ao governador e ao superintendente do Dnit.

# Portaria define horário de expediente na AL na Copa



Foto - Fablício Rodrigues

Elzis Carvalho

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, por intermédio do presidente em exercício, deputado Romoaldo Júnior (PMDB), baixou a Portaria 018, de 2014, definindo os horários de funcionamento do Parlamento estadual durante os três jogos da Seleção Brasileira e dos quatro jogos que serão realizados em Cuiabá pela Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (Fifa) 2014.

Nos três jogos da seleção canarinho – durante a primeira fase da Copa do Mundo – o horário de expediente é das sete e meia da manhã às 13h30 da tarde. Já em relação aos quatro jogos realizados em Cuiabá – na Arena Pantanal – a Mesa Diretora decretou ponto facultativo a todos os servidores.

Datas e horários dos jogos – No dia 12 de junho, quinta-feira (Brasil x Croácia), o expediente de trabalho será das sete e meia da manhã às 13h30; no dia 17 de junho, terça-feira (Brasil

x México), será ponto facultativo todo o dia; no dia 23 de junho, segunda-feira (Brasil x Camarões), o expediente de trabalho será das sete e meia da manhã às 13h30.

Já nos dias dos jogos em Cuiabá, o ponto facultativo, no âmbito da Assembleia Legislativa, será da seguinte forma: No dia 13 de junho, sexta-feira (Chile x Austrália); no dia 17 de junho, terça-feira (Rússia x Coreia do Sul), e no dia 24 de junho, terça-feira (Japão x Colômbia).